

A TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES EM PREÇOS DE PRODUÇÃO COMO REDISTRIBUIÇÃO DE VALOR

João Machado Borges Neto

1 Introdução

Este artigo trata do *problema da transformação dos valores em preços de produção*, que é, como é bem sabido, é um dos temas de discussão mais clássicos da economia marxista.

Marx enfrentou a necessidade de compatibilizar a teoria do valor desenvolvida no Livro I d' *O Capital* com a tendência de as taxas de lucro se igualarem, que deve prevalecer na economia capitalista, na Seção II do Livro III d' *O Capital*, especialmente no Capítulo IX. Na sua concepção, a *transformação dos valores em preços de produção* se faria pela venda das mercadorias por preços (os *preços de produção*) que se desviavam dos valores sistematicamente, realizando transferências de mais-valia entre os capitais, de modo a que a fração de mais-valia apropriada por cada um deles seja proporcional ao seu volume total e a seu tempo de rotação.

A solução de Marx para o *problema*, contudo, começou a receber críticas imediatamente após a sua divulgação, em 1894. A publicação dos trabalhos de Ladislaus von Bortkiewicz, em 1906-7, definiu uma abordagem da questão que tem sido desde então amplamente dominante, tanto entre os críticos de Marx quanto entre os próprios economistas marxistas¹. Ela implica, no entanto, sérios problemas para a teoria do valor-trabalho. Desde Bortkiewicz, então, falar em *problema da transformação* tem significado fazer referência às dificuldades de encontrar um tratamento para esta questão que a resolva de um modo favorável a esta teoria.

Até recentemente, não havia formulações da questão da *transformação* que conseguissem responder aos argumentos de Bortkiewicz e de seus seguidores de forma satisfatória para a teoria de Marx. Nos últimos anos, contudo, foram publicados diversos trabalhos que caracterizam uma nova abordagem, que vem sendo chamada de *sistema único temporal*, que é muito mais consistente com as concepções fundamentais desta teoria. Os principais trabalhos nesta linha são: Kliman e McGlone (1988); Freeman (1995); e vários capítulos do livro *Marx and Non-Equilibrium Economics* (1996), editado por Freeman e Carchedi: Carchedi (1996), Carchedi e de Haan (1996), Freeman (1996a, 1996b), Mc Glone e Kliman (1996). Também são importantes nesta linha de pesquisa os trabalhos que formularam a *transformação* em um *sistema único simultâneo*: Wolff, Roberts e Callari (1982, 1984), Roberts (1987, 1997), Moseley (1993b), Ramos e Rodríguez (1996). No Brasil, Eduardo Maldonado-Filho apresentou já em 1987 um trabalho que aponta para a mesma abordagem. A designação *sistema único temporal* foi usada em vários trabalhos destes autores apresentados na Mini-Conferência do *International Working Group on Value Theory*, Washington DC, USA, abril de 1997².

¹ O principal responsável pela divulgação e pela influência dos trabalhos de Bortkiewicz no pós-segunda guerra foi Paul Sweezy, que a reproduziu no capítulo sobre os preços de produção de seu livro *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, publicado originalmente em 1942.

² Em minha dissertação de mestrado (MACHADO, 1997) esta abordagem é defendida e ampliada. Este artigo se baseia em parte desta dissertação.

Este artigo pretende mostrar que este novo tratamento da transformação dos valores em preços de produção constitui uma retomada do modo que havia sido usado por Marx para enfrentar esta questão, e apresentar alguns argumentos em defesa desta abordagem que não foram enfatizados nos trabalhos citados acima. Ele se divide em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção será sintetizada a transformação dos valores em preços de produção realizada por Marx na Seção II do Livro III d' *O Capital*, enfatizada sua lógica, e contraposta à lógica da abordagem derivada dos trabalhos de Bortkiewicz. Na terceira seção será sintetizada a abordagem do *sistema único temporal*, e argumentado que ela retoma e completa a formulação original de Marx. Na quarta, serão apresentados alguns argumentos para demonstrar sua consistência. Na quinta, esses argumentos serão retomados com a apresentação da *transformação* no interior do movimento de circulação, produção e valorização dos capitais.

2 A lógica dos preços de produção : Marx x Bortkiewicz

A transformação dos valores em preços de produção feita por Marx obedece a uma lógica muito clara.

O desafio que, pelo menos desde Ricardo, estava posto para os defensores da teoria do valor-trabalho foi definido da seguinte maneira por Engels, no prefácio ao Livro II d' *O Capital*: é preciso demonstrar

“(...) como, não só sem ferir a lei do valor, mas, ao contrário, fundamentando-se nela, se pode e se deve formar uma taxa média igual de lucro” (Marx, 1988, II-III, p. 17)

O quê quer dizer “sem ferir a lei do valor, mas, ao contrário, fundamentando-se nela”?

A “lei”, ou a teoria do valor, significa para Marx, antes de mais nada, o fato de que o valor é criado pelo trabalho humano, na sua qualidade de *trabalho abstrato*. Ou, dizendo de outra maneira, o fato de, na economia mercantil, o trabalho humano assumir o caráter de valor das mercadorias; ou ainda, o fato de o valor não ser “nada mais do que a expressão em objeto de uma forma especificamente social de trabalho”:

“Não sendo (...) o valor de troca das mercadorias nada mais que a relação dos trabalhos dos indivíduos entre si como iguais e gerais, nada mais do que a expressão em objeto de uma forma especificamente social de trabalho, é tautologia afirmar que o trabalho seja a *única* fonte do valor de troca e, por isto, da riqueza enquanto ela se constitua de valores de troca” (Marx, 1974, P. 147)³.

Há várias decorrências desta *lei*; as principais são:

a) o valor é criado na produção, pelo trabalho produtivo, e portanto a circulação não pode criar valor;

b) os ganhos das classes proprietárias, que Marx engloba na categoria genérica de *mais-valia*, só podem se originar do mais-trabalho, isto é, do trabalho que os trabalhadores produtivos realizam além do que é necessário para repor o que eles próprios consomem.

Como conciliar estas afirmações com o fato de, diante da concorrência, cada capital tender a se apropriar de uma quantidade de mais-valia proporcional à sua magnitude total, e não apenas à parcela que adquire a força de trabalho?

³ É importante notar que, quando escreveu *Para a Crítica da Economia Política*, Marx ainda usava o termo *valor de troca* como sinônimo de *valor*. A partir da segunda edição d' *O Capital*, ele diz *valor* para referir-se ao conteúdo comum aos valores de troca das mercadorias, e *valor de troca* para a forma de manifestação do valor. Assim, na citação acima, para unificar a linguagem com o uso posterior, no lugar de *valor de troca* seria preciso dizer *valor*. Young (1976) trata da questão da mudança no uso dos dois termos; Rubin (1980, Cap. 12, p. 121-130), além de se referir a esta variação, analisa as diferenças de exposição entre *Para a Crítica da Economia Política* e *O Capital*.

Marx se utiliza de alguns “graus de liberdade” que haviam ficado de sua análise do processo de formação do valor e da mais-valia no Livro I: a circulação não pode criar valor mas, além de realizá-lo, isto é, transformá-lo de potencial em efetivo, pode *transferi-lo, redistribuí-lo*. Quando se vendem as mercadorias, não é necessário que seus preços correspondam sempre exatamente ao seu valor. Pelo contrário, em geral eles não coincidem. Os preços podem ficar acima ou abaixo, o que significará que haverá ganho ou perda de valor em relação ao resultado da produção de cada mercadoria. O que é necessário, para que não haja violação da “lei do valor”, ou seja, para que não haja criação de um valor novo na circulação, é que a soma dos valores seja igual à soma dos preços⁴. Os preços devem obrigatoriamente identificar-se com os valores no global, mas não em cada caso particular⁵.

Assim, transformar os valores em preços de produção significa *definir preços que se desviam dos valores de modo a redistribuir o valor já produzido*, levando à igualação das taxas de lucro. Com isto, Marx mantém todas as suas concepções básicas expostas desde o início do Livro I⁶. A mudança que ele introduz, e que se justifica diante da necessidade de passar a tratar dos *muitos capitais*, e não mais do *capital em geral*, é considerar que os preços (de mercado) flutuam sim em torno dos valores, *mas com um viés*: suas médias não são dadas pelos valores, mas pelos preços de produção.

O algoritmo da transformação dos valores em preços de produção de Marx se apoia claramente nesta concepção de redistribuição de um valor já produzido. Os valores do capital constante, do capital variável e da mais-valia de todos os capitais são os dados de partida; em seguida, as mais-valias são somadas, e é obtida então a massa global de mais-valia, ou seja, o lucro total. Dividindo-se o lucro total pelo capital adiantado total (capital constante adiantado + capital variável) chega-se à taxa média (geral) de lucro. Finalmente, multiplicando-se o capital adiantado de cada capital pela taxa média de lucro, chega-se ao lucro apropriado por cada capital (o lucro médio), que é somado aos preços de custo (capital constante consumido + capital variável) de cada um deles para chegar aos respectivos preços de produção⁷.

Os preços de custos das mercadorias produzidas pelos vários capitais são invariantes na transformação, do mesmo modo que a mais-valia total. O que muda são as mais-valias (os lucros) apropriadas por cada capital, transformadas em lucro médio. Aliás, isto é bem enfatizado no próprio título da seção do Livro III que trata do assunto: *A Transformação do Lucro em Lucro Médio*. Naturalmente, com esta operação verificam-se as duas identidades a que Marx deu tanta importância para mostrar a coerência de sua abordagem: a *soma dos valores* \equiv *soma dos preços de produção*, e a *soma das mais valias* \equiv *soma dos lucros*. Além disso, só existe uma taxa média de lucro, que é calculada *em valores*, e usada em seguida para calcular os preços de produção. Consequentemente, a taxa média de lucro *em preços de produção* é a mesma.

⁴ Supondo que o valor do dinheiro permaneça constante.

⁵ Os “graus de liberdade” mencionados neste parágrafo são explicitados por Marx desde o início do Livro I d’*O Capital*, especialmente no Capítulo III. Do mesmo modo, Marx trata nas *Teorias da mais-valia* do “profit upon alienation”. Em todos estes raciocínios fica claro que o necessário, do ponto de vista da teoria do valor, não é que os preços correspondam sempre aos valores, mas que *a soma dos preços seja igual à soma dos valores*.

⁶ Murray Smith, no seu livro *Invisible Leviathan: The Marxist Critique of Market Despotism beyond Postmodernism*, faz uma discussão interessante sobre os “postulados básicos” da teoria do valor de Marx e sobre sua manutenção no Livro III. (SMITH, 1994b, p. 53, 71-77).

⁷ Este procedimento supõe que os tempos de rotação de todos os capitais são iguais, simplificação que foi feita por Marx nos seus exemplos numéricos e seguida por Bortkiewicz e em geral por todos os participantes desta discussão. Não se considera que esta simplificação coloque nenhum problema sério.

A crítica de Bortkiewicz e seguidores é bem conhecida: Marx deveria ter *completo* a transformação, transformando também os valores do capital constante e do capital variável em preços de produção, já que eles resultam da compra pelos capitalistas e pelos trabalhadores de mercadorias que devem ser, também elas, produzidas com um lucro médio. A única forma coerente com esta crítica de fazer a *transformação*, então, é com um sistema de equações simultâneas, em que a taxa média de lucro é calculada *ao mesmo tempo* que os preços de produção. Passam a existir dois sistemas de equações: o sistema dos valores, e o sistema dos preços de produção. Chega-se assim a preços de produção, mas com os problemas de que não é possível ter ao mesmo tempo as duas identidades, e além disso de que a *taxa média de lucro em valor* e a *taxa média de lucro em preços de produção* são distintas.

O que interessa ressaltar aqui é que, com sua “solução” para o problema, Bortkiewicz e seguidores romperam claramente com a lógica de Marx. Isto é, a *transformação* em um sistema de equações simultâneas (em que se separam o sistema dos valores e o sistema dos preços de produção) *não é uma redistribuição de um valor já dado* na produção. Para que isto possa acontecer, é necessário que os preços de custo não sejam alterados, e que se redistribua uma parte do valor já dado — isto é, que se redistribua a mais-valia. Exatamente como Marx fez, e é isto exatamente o que foi criticado desde Bortkiewicz⁸.

Aliás, Bortkiewicz adota a concepção do valor como sendo fundamentalmente uma relação de troca⁹; neste caso, não faz mesmo sentido falar em redistribuí-lo. A crítica bortkiewicziana, portanto, é uma rejeição da idéia de que faça sentido transformar valores em preços de produção redistribuindo um valor já dado através de preços que se desviam dos valores com um viés sistemático.

3 O sistema único temporal

Com a abordagem do *sistema único temporal*, duas características básicas do método de Marx são recuperadas: o *não dualismo* (a não separação entre um *sistema dos preços de produção* e um *sistema dos valores*, e consequentemente a formulação da transformação dos valores em preços de produção em *um único sistema de equações*, em que valores e preços de produção se entrelaçam; valores e preços de produção fazem parte de um mesmo espaço teórico¹⁰); e o *seqüencialismo* (o tratamento de todo o processo de formação dos valores e dos preços de produção numa seqüência temporal).

Além destas questões, há outros aspectos fundamentais dos conceitos de Marx que devem ser enfatizados. O *valor* não é apenas uma *relação de troca*; tem uma *substância social*, o trabalho abstrato, que se objetiva nas mercadorias, e se corporifica e se socializa necessariamente no dinheiro, sua *forma* por excelência; e é portanto redistribuível através de desvios dos preços; e (no caso da economia capitalista) ganha

⁸ Na verdade, desde antes de Bortkiewicz, como é comentado por exemplo em Ramos e Rodriguez (1996).

⁹ Como acontece muito claramente na abordagem bortkiewicziana, que lhe dá uma grande proximidade com a concepção da economia neoclássica, em particular com sua versão walrasiana. Sobre as estreitas relações entre Bortkiewicz e Walras, ver Freeman (1995), Naples (1996) e Freeman, Carchedi (1996b).

¹⁰ Isto significa dizer que Marx, no Livro I, define inicialmente os valores em um espaço teórico, um nível de abstração, em que há valores e preços, mas não preços de produção. Quando, no Livro III, o nível de abstração é reduzido, os preços de produção são incorporados (como um desdobramento da forma preço), mas os valores não são eliminados. Valores e preços de produção convivem assim em um mesmo espaço teórico. Esta questão é discutida longamente em Machado (1997), Capítulo III, Seção II.

autonomia no *processo de circulação e valorização dos capitais*. É no interior deste processo que se formam os valores e os preços de produção das mercadorias. Tudo isto permite entender a *transformação* como um *processo real*, e não como simples operação lógico-teórica.

O ponto chave em que esta reconceptualização incide sobre o *problema da transformação* é o da definição do *valor do capital constante e do capital variável*, feita de um modo muito diferente do normalmente aceito.

O capital constante não é concebido como constituído pelos meios de produção comprados pelos capitalistas, mas como *o dinheiro* (ou seja, *o capital*) com que os capitalistas compram esses meios de produção. Consequentemente, o valor do capital constante não é dado pelos valores dos meios de produção que ele compra, mas pelo seu *valor em dinheiro*, que corresponde aos *preços de produção* dos meios de produção comprados. Assim, o *valor dos meios de produção* e o *valor do capital constante* são diferentes.

Da mesma maneira, o capital variável não é concebido como constituído pelos meios de consumo que os trabalhadores adquirem com o salário que recebem, mas como *o dinheiro* (*o capital*) com que os capitalistas contratam esses trabalhadores. Consequentemente, o valor do capital variável não é dado pelos valores dos meios de consumo adquiridos pelos trabalhadores, mas pelo *valor do dinheiro que os capitalistas lhes pagam como salário*. Assim, o *valor dos meios de consumo dos trabalhadores* é diferente do *valor do capital variável*; este último é dado pelo *preço de produção* dos meios de consumo dos trabalhadores, e não pelos seus valores¹¹.

Com estas conceituações, a definição do valor de uma mercadoria como a soma dos valores do capital constante consumido e do capital variável com a mais-valia ganha um novo sentido, como soma de duas quantidades de valor expressas em dinheiro com a mais-valia. Ou, alternativamente, e de forma mais rigorosa, podemos considerar o valor de uma mercadoria como a soma de uma quantidade de valor expressa em dinheiro — o capital constante consumido — com o valor novo — $v + m$, o trabalho vivo incorporado. A mais-valia é, muito naturalmente, a diferença entre o valor da mercadoria produzida — expresso em dinheiro — e o preço de custo, sendo este a soma de duas quantidades de dinheiro, o capital constante consumido e o capital variável. Logo, a mais-valia também se expressa em dinheiro. A taxa de lucro é o quociente entre duas quantidades de valor, ambas expressas em dinheiro, a mais-valia e o valor do capital adiantado.

Uma vez aceitas estas definições, e lembrando que todo o processo só pode ser entendido numa sequência temporal, fica claro que o argumento sempre repetido para provar a inconsistência lógica do “algoritmo da transformação” usado por Marx — o de que ele não completou a *transformação* — é destituído de fundamento. *Marx não carecia de transformar os valores do capital constante e do capital variável em preços de produção, porque estes valores são dados em dinheiro, e porque os valores dos meios de produção adquiridos pelos capitalistas, e dos meios de consumo adquiridos pelos trabalhadores, já haviam sido transformados em preços de produção em um momento anterior.*

Permanece, naturalmente, a necessidade de “completar a transformação” exemplificada por Marx no Capítulo IX do Livro III d’*O Capital*. Como ele próprio observou em uma das passagens deste capítulo freqüentemente citadas como confissão de erro, o encadeamento temporal do processo de determinação dos valores e dos preços de produção não foi examinado mais de perto. Mas é perfeitamente possível

¹¹ Esta interpretação dos conceitos de capital constante e de capital variável é provavelmente o sentido, para Marx, das passagens do Capítulo IX (e do Capítulo XII) do Livro III d’*O Capital* que geralmente são entendidas como reconhecimentos da incorreção do procedimento que utilizou para transformar valores em preços de produção.

completar o algoritmo usado por ele mantendo sua conceptualização da relação entre os valores e os preços de produção¹².

4 O valor do capital constante, o valor do capital variável, a mais-valia e a taxa de lucro

O objetivo desta seção é argumentar em favor das reconceptualizações decorrentes da abordagem do *sistema único temporal* que têm decorrências mais claras para a transformação dos valores em preços de produção.

O valor das mercadorias, como se sabe, é determinado pelo trabalho socialmente necessário à sua produção, direta e indiretamente. Inclui portanto o valor transferido pelos meios de produção consumidos. Mas como se dá essa inclusão, essa passagem do valor de algumas mercadorias (os meios de produção) para outras (as mercadorias produzidas)? Embora esta questão não seja em geral objeto de debate, não é de nenhuma maneira óbvia. É claro por exemplo que, como a objetividade do valor é puramente social, não faz sentido pensá-la como alguma passagem físico-místico-metafísica de “átomos de valor” dos meios de produção para os produtos.

Como fica claro desde a Seção I do Livro I d’ *O Capital*, esse processo de transferência do valor passa pela circulação. Se nos situamos no nível de abstração desta seção, podemos dizer que um produtor de mercadorias compra os meios de produção com determinada soma de dinheiro, que expressa o seu valor, na média. O produtor, que detinha uma fração do trabalho social na forma de dinheiro, recebe através da troca esta mesma fração, na forma de meios de produção. À medida que estes vão sendo consumidos, uma parte do trabalho social objetivada neles vai sendo transferida para as mercadorias produzidas. Não há metafísica: de fato, usar os meios de produção é usar essa parcela do trabalho social; produzir é gastar tanto o trabalho diretamente exercido quanto o trabalho anterior, necessário à produção dos meios de produção, e é perfeitamente natural somar estas duas parcelas para chegar a um quantum de trabalho social — o conteúdo do valor das mercadorias.

Se passamos agora para o nível de abstração do *capital em geral*, que é o nível em que esta questão é analisada a partir do Capítulo IV do Livro I, várias diferenças aparecem: o antigo produtor se desdobra em capitalista e trabalhador; o dinheiro com que o capitalista (agora separado do trabalhador) compra os meios de produção torna-se *capital constante*, uma parte do seu capital; e tudo isto se insere no movimento de valorização do capital. Essas diferenças são, é claro, muito importantes; mas como mantemos a hipótese de troca segundo os valores, o processo de transferência de valor continua basicamente o mesmo: a fração do trabalho social pré-existente nos meios de produção, que é incorporada aos novos produtos, é a mesma fração representada pelo dinheiro (pelo capital constante) com que os meios de produção foram adquiridos. A passagem pela circulação continua neutra, não acrescenta nenhuma complicação importante. O valor do capital-dinheiro que se transforma em capital constante é equivalente ao valor dos elementos materiais que o compõem.

No entanto, para que possamos tratar do caso mais complexo, no nível dos *muitos capitais*, é preciso refletir mais cuidadosamente sobre a lógica deste processo. É o que Marx faz em um parágrafo dos *Manuscritos de 1861-1863* (o segundo esboço d’ *O Capital*), quando trata do processo de trabalho como processo de valorização (portanto, em um trecho correspondente à segunda parte do Capítulo V do Livro I d’ *O Capital*):

“Os valores dos meios e dos materiais de trabalho, portanto, aparecem de novo no produto como constituintes do seu valor. Este valor é pressuposto (este grifo e o

¹² Exemplos numéricos completos da transformação compreendida desta maneira foram dados em Ramos e Rodríguez (1996) e Machado (1997).

anterior são de Marx), já que o tempo de trabalho contido nos meios e materiais de trabalho estava expresso nos seus preços na sua forma geral, como trabalho social: são os preços pelos quais o possuidor de dinheiro comprou-os como mercadorias antes de começar o processo de trabalho. Os valores de uso em que consistiam pereceram, mas eles próprios permaneceram inalterados e continuam inalterados no novo valor de uso. A única mudança ocorrida é que aparecem como meros constituintes, fatores do seu valor, como fatores de um valor novo. Na medida em que a mercadoria é em suma valor de troca, o valor de uso particular, a determinidade material particular na qual ela existe é afinal apenas um equivalente, e pode portanto mudar sua encarnação por qualquer outra. Pela circulação, e antes de mais nada pela transformação em dinheiro, ela é de fato capaz de se dar a substância de qualquer outro valor de uso” (Marx, 1988, v. I, p. 73-74)¹³.

Marx aqui diz que o valor dos meios de produção, que reaparece como constitutivo do valor do produto, *é pressuposto, porque o tempo de trabalho contido neles se expressava nos seus preços — em sua forma geral, como trabalho social*. E acrescenta que *esses são os preços pelos quais o possuidor do dinheiro comprou os meios de produção*. Esta indicação de que o valor dos meios de produção é *pressuposto* é fundamental, pois a lógica de toda a operação é a do processo de valorização: o capitalista tem determinada soma de dinheiro — seu capital — que movimenta para fazê-la crescer; essa soma de dinheiro, portanto, é dada, pressuposta.

Marx segue: os valores de uso perecem, mas eles próprios (os valores) permanecem inalterados no novo valor de uso, como fatores do novo valor. Para reforçar o fato de que os valores de uso particulares em que o valor se representava importam pouco, diz que *a determinidade material particular em que o valor existe é afinal apenas um equivalente, e pode portanto trocar sua encarnação por uma outra*. E a conclusão: *pela circulação, e antes de tudo sendo transformada em dinheiro, a mercadoria é de fato capaz de se dar a substância de qualquer outro valor de uso*.

Todo este parágrafo trata da transferência do valor dos meios de produção para os produtos no nível do *capital em geral*; mas a explicitação da sua lógica aqui é extremamente útil para o caso dos *muitos capitais*. Neste caso, aparece uma complicação: os meios de produção são mercadorias vendidas por seu preço de produção; a venda pelo preço de produção, como vimos, é *troca + transferência de valor na circulação*. O capitalista, com uma soma de dinheiro que representa determinado valor, compra meios de produção de um valor diferente. Como definir nesse caso o valor do capital constante? Dos meios de produção? E o valor transferido pelos meios de produção para os produtos?

Quanto ao valor do capital constante, não pode haver dúvidas: capital constante é uma subdivisão do capital adiantado, uma soma de dinheiro; e dinheiro é *concretização material geral do trabalho humano abstrato*, é a representação geral do valor. Assim, é essa soma de dinheiro que define o valor do capital constante. E quanto ao valor dos meios de produção? No sentido do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, não há dúvida de que o valor dos meios de produção é diferente do valor do dinheiro com que são comprados, isto é, do capital constante, pois são vendidos por seus preços de produção. Mas Marx diz também que *o tempo de trabalho contido neles se expressa nos seus preços — em sua forma geral, como trabalho social, e neste sentido é pressuposto*. Ou seja, a partir do momento em que os meios de produção são vendidos ao capitalista, estabelecem sua equivalência com o capital constante a partir de seus preços (de produção); e esses preços, que são *a forma geral do trabalho social*, passam a representar seu valor. *O valor com que os meios de produção integram o capital produtivo é o preço por que foram comprados* — no caso, o preço de produção.

¹³ Fred Moseley (1993c, p. 170) citou parcialmente esta passagem, chamando portanto a atenção para ela.

A lógica disto é bem exposta na sequência do parágrafo de Marx: os meios de produção contam no processo de valorização *apenas como o equivalente de um valor*; sua *determinidade material particular não importa, ela pode mudar de uma "encarnação" do mesmo valor para outra*. Importa a equivalência que seu valor estabelece com a *forma geral do trabalho social (o dinheiro)*: ou seja, importa seu *preço* (no caso, preço de produção). Depois da compra dos meios de produção, continuar a contar seu valor de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção seria desconsiderar os efeitos da troca (que é uma troca mais complexa, *troca + transferência de valor na circulação*). Em resumo: se os capitalistas pagam pelos meios de produção segundo seu preço de produção, é a partir deles que o valor transferido pelo capital constante às mercadorias produzidas deve ser calculado. Por quê é assim que os meios de produção ingressam na esfera produtiva: trocando-se pelo dinheiro do capitalista, representando a fração do trabalho social correspondente a esta quantidade de dinheiro e ao seu preço de produção¹⁴.

Podemos colocar esta questão de outra maneira: o capital é um *movimento do valor*, o qual realiza várias metamorfoses, assume diversos envoltórios materiais (dinheiro, meios de produção e força de trabalho, mercadorias produzidas que devem ser vendidas). Considerar que o valor transferido dos meios de produção é o valor dos seus elementos materiais significaria pensar o capital como um *movimento de valores de uso*: os elementos físicos do capital constante (com seus "átomos de trabalho abstrato incorporados") transformar-se-iam em capital produtivo. Isto é claramente absurdo, e não fecha; não faz sentido dizer que são as próprias mercadorias produzidas que, ao serem vendidas, transformam-se "fisicamente" em meios de produção.

Basta analisar toda esta sequência concretamente, considerando a transformação dos valores em preços de produção como um processo temporal e real, para vermos que o modo de tratar a questão indicado acima é o único possível. O capitalista paga os elementos materiais que compra de acordo com seus *preços de produção*; para ele, o valor dos seus meios de produção corresponde ao valor do dinheiro que pagou por eles — corresponde portanto aos preços de produção dos meios de produção. É esta a base que usa para calcular seus custos. Como poderia ser de outra maneira? E se o cálculo não for feito assim, esta parte do capital perderá ou ganhará valor ao se transformar em meios de produção, para a partir daí passar seu valor para as mercadorias produzidas — não será portanto *um valor pressuposto*, e não será *capital constante*.

Definindo o valor do capital constante a partir do valor do dinheiro com que são comprados, estamos portanto seguindo o curso lógico das ações dos capitalistas na vida real. Buscamos refletir (com as categorias *valor* e *preço de produção*) processos reais, e não processos imaginários. Quando reunimos valores e preços em um mesmo nível de abstração, e os tomamos como conceitos que correspondem a aspectos da realidade, fica inteiramente absurdo dizer que mercadorias *que se vendem por seu preço de produção* transferem valor segundo seus *valores*, pelo quais elas *não são compradas*; isto seria criar um conceito de valor metafísico, no sentido próprio da palavra.

¹⁴ McGlone e Kilman explicam esta questão da seguinte maneira: "Como a incorporação de trabalho abstrato, alienado é um processo social peculiar, e não como tal um requerimento tecnológico, o trabalho abstrato incorporado em uma mercadoria não precisa igualar a quantidade de trabalho (concreto) necessário para reproduzi-la. Embora a troca não altere o *quantum* de valor em existência, ela o redistribui. Como o trabalho abstrato é redistribuído pela troca, algumas mercadorias *incorporam* mais trabalho abstrato do que teriam de outra maneira, algumas menos. À base desta noção de incorporação de trabalho, podemos compreender como o capital adiantado para a produção não deixa de ser uma soma de valor apenas porque difere do valor dos seus elementos materiais (meios de produção e de subsistência)" (MCGLONE, KLIMAN 1996, p. 32).

Ninguém faz isto, é claro: Bortkiewicz e seus seguidores, que separam o *sistema dos valores* do *sistema dos preços de produção*, dizem que os meios de produção transferem valor aos produtos segundo seus valores apenas no *sistema dos valores*, e neste caso supõem que eles são comprados desta maneira. Assim, a única maneira lógica de dizer que os meios de produção transferem valor às mercadorias produzidas de acordo com seu valor é separar os valores dos preços de produção, isolando-os no *sistema dos valores*. É por isso que podemos dizer que, quando abandonamos o *dualismo metodológico* e adotamos a concepção *não dualista*, a única maneira de tratar o valor do capital constante é a que foi exposta acima.

Quando tratamos valores e preços de produção como integrantes de um mesmo espaço teórico, e consideramos a transformação como processo temporal real, só podemos concluir que os meios de produção transferem valor segundo o dinheiro — o capital constante — que os compra.

Este tratamento do valor do capital constante tem conseqüências na definição do valor das mercadorias produzidas. Ele é formado pela soma de duas parcelas: o valor transferido do capital constante, e o valor acrescentado pelo trabalho vivo (que Marx chama de *valor novo*, ou de *produto-valor*, *Wertprodukt*). O valor das mercadorias é dado portanto por: *consumo de capital constante, considerado segundo o valor do dinheiro que o comprou + valor novo*.

Faz sentido definir o *valor* de uma mercadoria desta maneira, isto é, chamar uma grandeza formada pela soma do valor transferido pelo consumo do capital constante (calculado segundo o valor do dinheiro que o comprou, que equivale ao preço de produção dos seus elementos materiais) e pelo valor adicionado pelo trabalho vivo de *valor*? De acordo com as considerações feitas até aqui, sim, faz sentido. O dinheiro é um *quantum* de valor, representa uma quantidade de trabalho abstrato, uma fração do trabalho social. Tanto preços correspondentes aos valores quanto preços que se desviam dos valores referem-se a quantidades de trabalho abstrato objetivadas, ou seja a *valores*. Assim, a soma do valor do capital constante consumido, calculado segundo o dinheiro que comprou os meios de produção por seus preços de produção, com o valor novo adicionado constitui uma determinada quantidade de trabalho abstrato, ou de *valor*. Tudo isto não faria sentido se valor e preço de produção tivessem dimensões diferentes, representassem qualidades heterogêneas. Mas não: o valor se expressa em dinheiro, como um preço, e os preços correspondem também a quantidades de trabalho abstrato; valor e preço de produção referem-se ambos a “gelatinas de trabalho abstrato”, que se expressam em dinheiro¹⁵.

A diferença entre *valor* e *preço de produção* diz respeito ao momento analítico em que são definidos. O valor é formado no curso do processo de produção: a uma dada quantidade de capital constante (ou seja, de dinheiro) já existente, que é consumida, que representa trabalho morto, incorpora-se uma dada quantidade de trabalho vivo; o valor está completo quando a produção termina. O preço de produção é definido no instante seguinte, em um momento analiticamente posterior, quando a mercadoria sai da produção e entra na circulação. Aí, faz-se uma redistribuição da mais-valia, que será confirmada no momento da venda. No nível de abstração dos *muitos capitais*, portanto, não existe venda segundo o *valor* da mercadoria: as mercadorias se vendem pelos seus preços de produção.

Estas definições implicam a interferência da circulação na determinação do valor de uma mercadoria, devido à transferência de valor no momento da compra dos meios de produção. Isso reflete o fato de que o nível dos *muitos capitais* é o do “processo do movimento do capital considerado como um todo”, e não é inconsistente com a posição

¹⁵ Em *O Capital* III-IV, p. 252 há uma frase muito significativa: “Um preço que é qualitativamente distinto do valor é uma contradição absurda”.

básica de Marx de que o valor é criado apenas na produção. A circulação interfere na determinação do valor apenas transferindo um valor já existente entre as mercadorias. As mercadorias, para Marx, são portadoras de um valor que não é intrínseco a elas; o valor é uma relação social, não uma propriedade das coisas, e nenhuma contradição aparece se as mercadorias *M* transferem mais ou menos valor ao produto do que elas adquirem na produção¹⁶.

Esse raciocínio sobre o valor do capital constante corresponde, em grande parte, ao que é necessário para definir o valor do capital variável. Tal como o capital constante, o capital variável é uma subdivisão do capital adiantado, é uma soma de dinheiro, e essa soma de dinheiro define o seu valor. Se os capitalistas pagam pela força de trabalho segundo o preço de produção dos meios de consumo necessários aos trabalhadores, é desta forma que o valor do capital variável deve ser considerado; é desta forma que os meios de consumo estabelecem sua equivalência ao dinheiro.

No nível mais abstrato, do capital em geral, o valor da força de trabalho corresponde ao valor dos meios de consumo consumidos pelos trabalhadores. Mas deixa de fazer sentido quando reduzimos o nível de abstração e incluímos os preços de produção ao lado dos valores. Os trabalhadores compram seus meios de consumo de acordo com seus preços de produção, com determinada quantidade de dinheiro que recebem dos capitalistas. É claro que o valor do capital variável só pode ser o desta quantidade de dinheiro. Ao capitalista não interessa saber em quê os trabalhadores gastarão seus salários, para a partir daí calcular seu valor. Pelo contrário: *o capitalista parte de determinada soma de dinheiro (seu capital), como um dado*, e a usa para comprar meios de produção e força de trabalho, transforma-a portanto em capital produtivo, para fazê-la crescer. Ele só pode calcular seu preço de custo, seu $c + v$, de acordo com o dinheiro que adiantou. Calcular v — uma parte dos custos — a partir do *valor* que os meios de subsistência adquiriram no processo de produção, sendo que é pelos seus preços de produção que eles são comprados, seria um procedimento metafísico inexplicável¹⁷.

Assim, o valor do *capital variável* corresponde ao *valor da força de trabalho*, que é dado pelo *valor do dinheiro pago aos trabalhadores (dos salários)*, que equivale ao *preço de produção* dos meios de consumo necessários aos trabalhadores. Este valor pode estar acima ou abaixo do *valor destes meios de consumo*.

É importante notar que esta interpretação do valor da força de trabalho é consistente com a teoria de que este valor corresponde ao *custo de reprodução da força de trabalho*, isto é, de que ele é *regulado* por um determinado padrão de consumo dos trabalhadores; apenas, no lugar de se considerar que esse padrão se expressa monetariamente no *valor* de uma cesta de produtos necessários à subsistência dos trabalhadores, como é adequando ao tratamento deste assunto no nível de abstração do Livro I d' *O Capital*, avalia-se que ele se expressa no *preço de produção* desta cesta — o que está sem dúvida de acordo com o fato de os trabalhadores comprarem esses produtos por seus preços de produção¹⁸.

Por outro lado, esta definição do valor do capital variável permite uma precisão na definição da mais-valia. A mais-valia é, naturalmente, igual a *valor novo* menos *capital variável*. Mas, como vimos, há mais de um sentido possível para *capital variável*. O que se adota na abordagem do *sistema único temporal* corresponde ao dinheiro pago

¹⁶ Como observa Alan Freeman (FREEMAN, 1996a, p. 17).

¹⁷ Do mesmo modo que foi observado com relação ao valor do capital constante, tomar o valor do capital variável como o valor dos meios de subsistência adquiridos pelos trabalhadores só faz sentido em um *sistema dos valores* separado do *sistema dos preços de produção*, em que os trabalhadores compram os meios de subsistência por seu valor.

¹⁸ Duncan Foley esclarece esta questão com relação ao chamado *new approach* (FOLEY 1982, p. 42), que define o valor da força de trabalho de uma maneira equivalente à defendida acima.

na forma de salários, que equivale ao preço de produção dos meios de consumo dos trabalhadores, e não ao valor destes meios de consumo.

Embora distinto do habitual, este sentido se torna quase óbvio quando definimos o que é a mais-valia. Mais-valia só pode ser o valor (a quantidade de dinheiro) que fica para o capitalista quando ele desconta do valor adicionado pelos trabalhadores (produtivos) o salário que lhes paga; não faz sentido chamar de mais-valia a diferença entre o valor adicionado pelos trabalhadores e o *valor* das mercadorias consumidas pelos trabalhadores, se esse valor é diferente do dinheiro que o capitalista lhes paga como salário. Só podemos aplicar a definição da mais-valia como diferença entre o valor adicionado e o valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores se adotamos um nível de abstração mais alto, e supomos que as trocas são feitas segundo os valores das mercadorias. Com a transformação dos valores em preços de produção pensada no nível dos *muitos capitais*, esta definição de mais-valia fica inteiramente fora de lugar.

Do mesmo modo, a questão de como deve ser entendida a *taxa de lucro* se torna quase óbvia quando relacionada com os argumentos acima. A *taxa de lucro* só pode ser entendida como a razão (em determinado período de tempo) entre a mais-valia (no sentido exposto acima) e o capital adiantado, calculado em termos monetários. Calcular o capital adiantado pelo valor dos meios de produção e dos meios de subsistência que formam o conteúdo material do capital constante e do capital variável, quando os capitalistas gastam seu capital segundo o preço de produção de ambos, não faz nenhum sentido. Outra vez: basta recusar o dualismo metodológico da cisão entre valores e preços de produção em dois sistemas distintos para a concepção bortkiewicziana de duas taxas de lucro distintas, em valores e em preços de produção, deixar de ter qualquer sentido.

4 A transformação no movimento de produção e circulação de capitais

Toda esta argumentação fica ainda mais clara quando consideramos o movimento concreto em que os valores se transformam em preços de produção, no interior da circulação dos capitais.

Freeman e Carchedi, criticando o método de determinação de preços a partir de equações simultâneas, dizem de modo expressivo que ele “desconsidera tanto o movimento quanto o tempo, o verdadeiro estofo de que é feita a realidade” (1996b, XI). Ao contrário dos neoclássicos ou dos bortkiewiczianos, Marx destaca justamente tempo e movimento. Daí tratar o processo de formação do valor dentro do movimento da circulação do capital. Após ser introduzido no Capítulo IV do Livro I, o estudo da circulação do capital é retomado e ampliado nos primeiros capítulos do Livro II d’*O Capital*. E aí lemos:

“O capital, enquanto valor que se valoriza, (...) é um movimento, um processo de circulação por diferentes estágios (...). Só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa em repouso. (...) O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais se mantém e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta” (Marx, 1988, II-III, p. 73).

O ponto de partida do processo de circulação e valorização do capital é o dinheiro. Esse processo, inicialmente descrito no Capítulo IV do Livro I como $D - M - D'$, é depois, no Capítulo I do Livro II, representado como $D - M \dots P \dots M' - D'$.

Nos capítulos iniciais do Livro I, a mercadoria é simplesmente um valor de uso que é produzido para a venda (adquirindo por isto um duplo caráter, valor de uso e valor). A produção das mercadorias é analisada em conexão com a circulação das mercadorias. A partir do capítulo IV do Livro I (*Como o dinheiro se transforma em capital*), há uma redução do nível de abstração, uma vez que a relação capital \times trabalho é introduzida na análise. A produção da mercadoria, então, passa a ser tratada no interior do *processo de circulação e valorização dos capitais*; a circulação das mercadorias passa a ser subordinada e incluída no *ciclo do capital*, $D - M - D'$. A mercadoria já é encarada

como produto do capital, e mais, é ela própria um momento do ciclo do capital, uma das formas que o capital assume. As conseqüências desta mudança para o conceito de valor se manifestam quando, estudada já a circulação do capital no Livro II, entramos no Livro III, começam a ser consideradas as “formas concretas que surgem do movimento do capital como um todo” (Marx, 1982, III-IV, p. 21), e é incluída na análise a existência de diversos capitais que concorrem em busca de maiores taxas de lucro. É necessário introduzir determinações adicionais. As mercadorias não serão em geral vendidas por seu valor, mas sim por seu *preço de produção*. Cada capitalista recebe então uma fração da mais-valia global proporcional a todo o capital investido (bem como a seu tempo de rotação).

O processo de formação do valor das mercadorias *transcorre em uma seqüência temporal, não pode ser compreendido em termos simultâneos*. Ele é descrito no Livro II nas várias figuras do *ciclo do capital*. O ciclo do capital-dinheiro, que é o mais apropriado para estudar as *variações quantitativas* que se dão no processo de formação dos valores das mercadorias, é esquematizado da seguinte maneira: $D - M(MP, FT) \dots P \dots M' - D'$. Isto significa que o ciclo começa na circulação: uma quantidade de dinheiro (D), possuída inicialmente por um capitalista, compra mercadorias (M), ou seja, meios de produção e força de trabalho. Passamos então ao momento da produção. As mercadorias adquiridas pelo capitalista funcionam como capital produtivo (P). Como resultado do processo de produção, formam-se novas mercadorias, que incorporam já uma mais-valia (M'). O processo de produção é pois representado por $M \dots P \dots M'$. Voltamos então à circulação: as mercadorias produzidas (M') são vendidas e o capitalista volta a ter capital na forma de dinheiro (D').

Esta análise realizada nos capítulos iniciais do Livro II d' *O Capital* supõe sempre que as mercadorias se vendem por seu valor; é portanto insuficiente para tratar da formação dos preços de produção. Mas não é difícil modificá-la para levar em conta a transformação dos valores em preços de produção. Para isto, basta escrever a fórmula do ciclo do capital-dinheiro da seguinte maneira: $D - M \dots P \dots (M') M'^* - D'^*$. Isto significa que, no segundo momento da circulação, anteriormente representado por $M' - D'$, as mercadorias passam a ser vendidas por seus preços de produção, que representamos por M'^* . Com isto acrescentamos mais uma determinação na fórmula, a transformação dos valores em preços de produção, representada por $(M') M'^*$.

Uma reflexão sobre o sentido desta fórmula torna muito clara a interpretação do significado do valor do capital constante, do valor do capital variável, do valor das mercadorias produzidas e da mais-valia defendida nas duas seções anteriores. Partimos de uma quantidade de capital-dinheiro que se transforma em mercadorias, meios de produção e força de trabalho. Nessa passagem, não há alterações do valor; consequentemente, o valor do capital constante e o valor do capital variável são dados (mesmo comprando mercadorias por preços de produção que diferem dos valores). Em seguida, no curso do processo de produção, o valor do capital constante consumido (trabalho morto) é transferido para os produtos, e o trabalho vivo realizado acrescenta valor novo. O valor dos produtos, portanto, é definido pela soma destas duas quantidades de trabalho. A mais-valia é a diferença entre o valor novo e o valor do capital variável, calculado naturalmente segundo o dinheiro que o capitalista paga por ele — seu custo efetivo. Mas ao vender suas mercadorias, o capitalista obterá uma fração diferente da mais-valia produzida por “seus” trabalhadores: há uma redistribuição de mais-valia, os valores são transformados em preços de produção.

Com esta interpretação, o valor do capital constante e do capital variável, a massa global de mais-valia e a taxa média (ou global, ou geral) de lucro são invariantes na *transformação*. Esta é realmente um processo de redistribuição de parte do valor (da mais-valia) já definido na produção. E não há nenhuma inconsistência.

Referências bibliográficas

- BORTKIEWICZ, Ladislaus von. "Value and Price in the Marxian System". *International Economic Papers*, n. 2, p. 5-60. 1952. Originalmente publicado em alemão em 1906-1907.
- _____. Contribución a una retificación de los fundamentos de la construcción teórica de Marx en el volumen III de El Capital. In: SWEEZY, Paul (Org.). *Economía burguesa y economía socialista*. Buenos Aires : Pasado y Presente : Siglo XXI. Argentina Ed., 1974. Originalmente publicado em inglês em 1949.
- CARCHEDI, Guglielmo. "Non-equilibrium market prices", In: FREEMAN, Aslan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). *Marx and non-equilibrium economics*. Cheltenham, UK and Bookfield : Edward Elgar, 1996a.
- _____, DE HAAN, Werner. "The transformation procedure : a non-equilibrium approach", In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.) *Marx and non-equilibrium economics*. Cheltenham, UK and Bookfield : Edward Elgar, 1996a.
- FOLEY, Duncan K. "The Value of Money, the Value of Labor-Power and the Marxian Transformation Problem". *The Review of Radical Political Economics*, v. 12, n. 2, p. 37-47. Summer, 1982.
- FREEMAN, Alan. "Marx without equilibrium". *Capital and Class* n. 56, p. 49-89, Summer, 1995.
- FREEMAN, Alan. "The psychopathology of Wabrasian Marxism". In: freeman, Alan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a. p. 1-28.
- _____. "Price, value and profit : a continuous, general, treatment". In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a. p. 225-279.
- FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo. *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a.
- _____. FOREWORD. In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a, p. VII-XX.
- _____. Introduction. In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo (Ed.). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a, pp. xxi-xxvi.
- KLIMAN, Andrew, MCGLONE, Ted. "The Transformation non-Problem and the non-Transformation Problem". *Capital and Class*, n. 35, p. 56-83. Summer, 1988.
- MACHADO BORGES NETO, João. *A Transformação dos Valores em Preços de Produção em um Sistema Único Temporal*, 1997. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, 1997.
- MALDONADO-FILHO, Eduardo. "A transformação dos valores em preços de produção e o fenômeno da absorção e liberação de capitais". ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Salvador. 15., 19987, Salvador. *Anais ...* Salvador : [s.n.], 1987.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo : Abril Cultural, 1974, (Os Pensadores).
- _____. *O Capital*. 3. ed. São Paulo : Nova Cultural. Livro I, Volumes I e II; Livro II, Volume III; Livro III, Volumes IV e V.
- _____. *Economic Manuscript of 1861-1863*, In: MARX, Karl, ENGELS, Frederick. *Collected Works*, New York : International Publishers. 198, V. 30.

- MCGLONE, Ted, KLIMAN, Andrew. One system or two? The transformation of values into prices of production versus the transformation problem. In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo. *Marx and non-equilibrium economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a, p. 29-48.
- MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Method in Capital : A Reexamination*. New Jersey : Humanities Press International, 1993a.
- _____. Marx's Logical Method and the Transformation Problem. In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Method in Capital : A Reexamination*. New Jersey : Humanities Press International, 1993a, p. 157-183.
- NAPLES, Michele. Time, money, equilibrium: methodology and the labour theory of the profit rate, In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Method in Capital : A Reexamination*. New Jersey : Humanities Press International, 1993a, p. 95-115.
- RAMOS-Martínez, Alejandro, RODRÍGUEZ-HERRERA, Adolfo. The transformation of values into prices of production : a different reading of Marx's text. In: FREEMAN, Alan, CARCHEDI, Guglielmo. *Marx and non-equilibrium economics*. Cheltenham, UK and Brookfield : Edward Elgar, 1996a, p. 49-76.
- ROBERTS, Bruce. Marx after Steedman: Separating Marxism from 'Surplus Theory. *Capital and Class*, n. 32, p. 84-103, Summer, 1987.
- _____. Embodied labour and competitive prices: a physical quantities approach. *Cambridge Journal of Economics*, n. 21, p. 483-502, 1997.
- RODRÍGUEZ-HERRERA, Adolfo. Money, the postulates of invariance and the transformation of Marx into Ricardo, In: MOSELEY, Fred (Ed.). *Marx's Method in Capital : A Reexamination*. New Jersey : Humanities Press International, 1993a, p. 77-94.
- RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo : Brasiliense, 1980. Traduzido da 3ª edição russa, de 1928.
- SMITH, Murray E.G. *Invisible Leviathan : The Marxist Critique of Market Despotism beyond Postmodernism*. Toronto, University of Toronto Press, 1994b.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar. Originalmente publicado em inglês em 1942.
- _____. (Org.). *Economia Burguesa y Economia Socialista*. Buenos Aires : Pasado y Presente : Siglo XXI Argentina Ed., 1974. Originalmente publicado em inglês em 1949.
- WOLFF, Richard D., ROBERTS, Bruce CALLARI, Antonino. Marx's (not Ricardo's) 'transformation problem': a radical reconceptualization. *History of Political Economy*, v. 14, n. 4, p. 564-582. Winter, 1982.
- _____. A Marxian Alternative to the Traditional 'Transformation Problem. *Review of Radical Political Economics*, v. 16, n. 2/3, p. 115-135. Summer and Fall, 1984.
- YOUNG, Gary. A Note on Marx Terminology. *Science and Society*, v.40, n.1, p. 72-78. Spring, 1976.